

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.095 - SP (2019/0354192-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO MACHADO MARI
ADVOGADO : MARCELO MACHADO MARI - SP388694
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO COSTA DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ART. 129, § 1.º, INCISO I, E §§ 9.º E 10, DO CÓDIGO PENAL. *SURSIS* HUMANITÁRIO. PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* LIMINARMENTE INDEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO COSTA DE OLIVEIRA, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 129, § 1.º, inciso I, e §§ 9.º e 10, do Código Penal, à pena de 1 (um) e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, facultado o apelo em liberdade.

A sentença condenatória foi integralmente mantida pela Corte de origem, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Defesa.

Neste *writ*, sustenta a Defesa que o Paciente "*já possui idade avançada e sofre com múltiplas complicações de saúde, temendo que caso seja encarcerado, vira a óbito dada a situação notoriamente precária dos presídios em conjunto com sua saúde debilitada*" (fl. 4).

Alega, de modo subsidiário, que o Condenado deve cumprir sua pena em regime domiciliar.

Pede, desse modo (fl. 9):

"- *Garantir ao paciente a suspensão condicional da pena nos termos do artigo 77, §2º do Código Penal;*

- *Subsidiariamente, garantir ao Paciente o cumprimento de pena integralmente em prisão domiciliar em regime aberto, conforme*

Superior Tribunal de Justiça

dispõe a Lei de Execução Penal, em seu artigo 117, II.
É o relatório. Decido.

Da acurada leitura do acórdão impugnado, observa-se que as matérias suscitadas neste *writ* não foram examinadas pelo Tribunal *a quo*. Desse modo, as questões não podem ser apreciadas originariamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Exemplificativamente:

"[...]

2. *A alegação concernente ao excesso de prazo na formação da culpa não foi objeto de exame no acórdão impugnado, o que obsta o seu exame por este Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. Precedentes.*

"[...]

8. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 513.357/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora